



# miguilim

revista eletrônica do netli

volume 8, número 3, set.-dez. 2019

## A METRÓPOLE COMO PALCO PARA A MODERNIDADE: REFLEXÕES SOBRE *A ALMA ENCANTADORA DAS RUAS*, DE JOÃO DO RIO



## METROPOLE AS A STAGE FOR MODERNITY: REFLECTIONS ON JOÃO RIO'S *THE ENCHANTING SOUL OF THE STREETS*

Luis Gustavo de Paiva FARIA  
Universidade Federal de Viçosa, Brasil

Arthur de Ávila SOARES  
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)  
RECEBIDO EM 12/09/2019 • APROVADO EM 04/12/2019

---

### Resumo

---

O artigo propõe um estudo exploratório da obra *A alma encantadora das ruas* (1908), de João do Rio, autor inserido em um momento histórico conhecido como Belle Époque brasileira. Essa análise se dá à luz de autores clássicos que se dedicaram a pesquisar processos urbanos, como Simmel (1973), Wirth (1973) e Benjamin (1991). Ao mesmo tempo, será possível aproximar a obra de João do Rio - a partir de diversos elementos, principalmente a percepção de certos

tipos urbanos - a uma etnografia das ruas da cidade do Rio de Janeiro, caracterizando-o como um privilegiado observador do espaço urbano em um importante momento histórico do país.

---

## Abstract

---

This paper proposes an exploratory study of João do Rio's *A alma encantadora das ruas* (1908), an author inserted in a historical moment known as the Brazilian Belle Époque. This analysis takes place in the light of classical authors, who devoted to researching urbanization, such as Simmel (1973), Wirth (1973), and Benjamin (1991). At the same time, it will be possible to approximate João do Rio's work to the ethnography of the streets of Rio de Janeiro city from various elements, especially the perception of certain urban types, which characterize him as observer of urban space in an important historical moment of the country.

---

## Entradas para indexação

---

**PALAVRAS-CHAVE:** Belle Époque. João do Rio. *Flanêur*. *Blasé*.

**KEYWORDS:** Belle Époque. João do Rio. *Flanêur*. *Blasé*.

---

## Texto integral

---

Diversas áreas das ciências sociais têm se dedicado ao estudo do modo de vida nas grandes cidades, seus processos de urbanização e organização espacial. A constituição histórica de uma Sociologia e Antropologia Urbanas promoveu inúmeros estudos nessa direção. Do mesmo modo, a cidade e o espaço urbano serviram e servem de cenário para diversos tipos de produções literárias e cinematográficas. Alguns desses trabalhos se utilizam de temas ou apresentam uma proposta semelhante às pesquisas sociológicas e antropológicas, o que constrói uma fronteira fluída entre produções científicas e artísticas no que se refere ao espaço urbano, ainda mais intrínseca quando se pensa na relação entre etnografia e crônica literária. Essa situação coloca em questão o papel da Antropologia, do etnógrafo, do artista e do entrevistador *in loco*, bem como o papel de intelectuais em dados contextos históricos quanto às dinâmicas sociais e políticas implicadas nas cidades e às influências desse mesmo contexto na produção de uma obra.

No Brasil, a privilegiada conjunção entre urbanização, arquitetura e literatura tem como marco os eventos históricos que compõem a chamada Belle Époque tupiniquim. A partir de mudanças estruturais promovidas pela emergência do período republicano, ocorrem eventos históricos ainda hoje incorporados no senso comum, como o “Bota Abaixo”, promovido pelo prefeito Pereira Passos e pelo presidente Rodrigues Alves a partir de 1901 a fim de destruir casarões imperiais e substituí-los por palácios em moldes parisienses; e a Lei da Vacina Obrigatória (1904), instituída pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz, que culminou na Revolta da Vacina. As opiniões dos intelectuais e articulistas de época sobre esse contexto, fortemente associado a um projeto político-arquitetônico, eram

divergentes: ora favoráveis, ora desfavoráveis; alguns, inclusive, apresentam um sarcasmo bastante ácido, sendo uma característica comum às crônicas literárias e jornalísticas do período. Segundo Antonio Candido (1978, p. 193), certos eventos internacionais “mexeram com a sensibilidade de muito intelectual geralmente pouco interessado por essas coisas”, como o Domingo Sangrento, ocorrido em 1905 na Rússia pré-revolucionária. A comoção causada pelo “levante do povo contra seus senhores”, por exemplo, levou alguns intelectuais a uma posição denominada por Candido (1978) de “socialismo humanitário”, onde a influência das teses socialistas se dá de maneira mais retórica do que revolucionária.

Fortemente inserido neste contexto histórico e intelectual, João do Rio foi uma figura de destaque no cenário literário brasileiro de seu tempo. Atuou como jornalista e ficcionista, além de ter lançado mão de um gênero literário bastante explorado com a emergência da modernidade: a crônica. Sua publicação em jornais locais possibilitou aos escritores uma forma de renda alternativa, como são os casos de Olavo Bilac, Machado de Assis e Lima Barreto. Além de ricos documentos históricos, estas crônicas viriam a consagrar alguns escritores perante a sociedade de seu tempo, como é exemplar e distinto o caso de João do Rio. Em uma população total de 1 milhão de habitantes, aproximadamente, estima-se que o significativo número de 100 mil pessoas acompanharam sua marcha fúnebre (O'Donnell, 2008, p.13)<sup>1</sup>. Ainda que as taxas de analfabetismo fossem elevadas para a população da época, o *flâneur* João do Rio, como ficou conhecido, gozou de popularidade incomum para um homem das Letras em seu contexto histórico. Apesar disso, o autor parece não ter alçado grandes voos na história da literatura brasileira, o que pode ser verificado, por exemplo, nos atuais currículos do Ensino Médio que raramente apresentam-no ou trabalham sua obra em sala de aula. Classificado como pré-modernista, um período literário tido como secundário, sua obra é pouco conhecida entre o público. Seu valor histórico, entretanto, é inestimável como jornalista e escritor.

Além de colocar em evidência a importância de João do Rio e sua obra, a proposta deste trabalho afirma a possibilidade (e a necessidade) de encontrar elementos sociológicos e antropológicos em obras literárias, especificamente aquelas relacionadas ao espaço urbano e a figuras ideal-típicas ou personagens construídas a partir de elementos ficcionais. Propõe-se um estudo exploratório da obra *A alma encantadora das ruas* (1908), de João do Rio. Essa análise se dá à luz de autores clássicos que se dedicaram a pesquisar processos urbanos, como Georg Simmel (1973) e Walter Benjamin (1991). Ao mesmo tempo, será possível aproximar a obra de João do Rio a uma etnografia das ruas da cidade do Rio de Janeiro a partir de diversos elementos, principalmente a percepção de certos tipos e personagens, caracterizando-o como um privilegiado observador do espaço urbano em um importante momento histórico do país (O'Donnell, 2008).

## **João do Rio e o processo de urbanização no Rio de Janeiro**

A obra *A alma encantadora das ruas* foi editada e publicada pela primeira vez em 1908, o que a situa entre a Proclamação da República (1889) e a

consolidação do Estado Nacional republicano. Através de estratégias políticas, a transição de um regime imperial para um regime republicano impulsiona a tardia entrada do Brasil na modernidade industrial. Em busca do progresso e do “embelezamento” das capitais, especialmente do Rio de Janeiro, o Brasil esforça-se para levar adiante um conjunto de mudanças e reformas estruturais em aspectos físicos e simbólicos da sociedade e das cidades (Sevcenko, 1983).

Enquanto a Europa havia passado por profundas transformações desde meados do século XIX, o Brasil permanecera sob um regime imperial e economicamente submetido aos países “centrais”, apesar de politicamente independente. Estruturalmente, uma sociedade ainda escravocrata e comandada por uma elite colonial. Em contraponto à industrialização e urbanização europeias, bem como à evidente emergência da burguesia enquanto classe dominante, a sociedade brasileira estava à mercê de interesses ainda coloniais e pouco condizentes com a onda de modernização advinda do estrangeiro.

A configuração física e espacial das cidades, sobretudo da capital do período, foram construídas de acordo com a arquitetura e preceitos coloniais, apresentando grandes casarões, becos e ruelas, além de ruas irregulares e mal distribuídas, devedoras da transferência da Família Real portuguesa em 1808, que trouxe consigo um modo de vida que implicou em diversas construções e, conseqüentemente, na organização do espaço urbano. A fim de modificar tal paisagem, o governo republicano planeja a “regeneração” das cidades imperiais e coloniais, em especial do Rio de Janeiro, então governado por Pereira Passos, em função de sua localização estratégica para os fins políticos visados da época. Com planejamento espacial moderno, baseado nas capitais europeias, como Paris, a concretização dos objetivos de Passos seria acelerada: atração de imigrantes, tanto mão de obra como investidores, além de capital estrangeiro para a concretização das mudanças ansiadas. Unindo ideais políticos, sociais e econômicos, o período caracteriza-se por mudanças profundas na estrutura da sociedade brasileira, perpassando aspectos como moda, arte e ciência. Conforme as palavras do historiador Nicolau Sevcenko (1983, p. 30):

Era a “regeneração” da cidade, e por extensão, do país, na linguagem dos cronistas da época. Nela são demolidos os imensos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, transformados que estavam em pardieiros em que se abarrotava grande parte da população pobre, a fim de que as ruelas acanhadas se transformassem em amplas avenidas, praças e jardins, decorados com palácios de mármore e cristal e pontilhados de estátuas importadas da Europa.

Almejando tais reformas desde a última década do século XIX, o Brasil inicia o século XX sob sucessivas crises políticas, a fim de que o regime seja consolidado de forma plena e conveniente aos objetivos que visava. A junção do conservadorismo republicano aos anseios econômicos da burguesia cada vez mais influente possibilita ao país efervescências em todos os aspectos da vida social.

Sob tantas transformações, a arte, sobretudo a literatura, busca entender o processo: cristalizá-lo, anunciá-lo, louvá-lo ou reprová-lo, enfim, torná-lo visível ao público através de crônicas, romances, peças, etc. João do Rio confessa seus anseios literários e históricos ao declarar: “(...) a sua vaidade [do artista] é trazer uma contribuição de análise à época contemporânea, (...) que é o da transformação atual de usos, costumes e ideias” (Rio, 1911, p.1). Dentre as descrições ou tentativas de explicações a respeito dos recentes abalos sociais, encontra-se a própria cidade. As ruas, as casas, as praças e os palácios. Enfim, a configuração física e arquitetônica e suas mediações entre a vida social, política e econômica. A influência das modificações paisagísticas no que diz respeito ao cotidiano das classes sociais, que abrangem desde a burguesia aos fumadores de ópio do Rio de Janeiro, captando tanto o “progresso” e a industrialização como a marginalidade e os traços coloniais.

O próprio artista, enquanto ator social interessado na cultura de seu tempo, produz um legado composto por diversos documentos históricos, ricos em elementos sociológicos e antropológicos, mesmo que em um gênero narrativo-literário, como a crônica. Em especial João do Rio, quem inaugura a reportagem jornalística *in loco* em terras brasileiras, nos traz abordagens bastante refinadas e profundas sobre a urbanização e modernização do Rio de Janeiro. De acordo com a antropóloga Julia O'Donnell (2008, p. 16), as obras de João do Rio possuem um profundo caráter etnográfico por suas características e lógica de produção.

Segundo Veneu (1990), João do Rio teria maiores influências de movimentos literários simbolistas, para o qual os artistas seriam reclusos e distantes das relações sociais prosaicas. Dessa maneira, sua postura perante movimentos ideológicos era dúbia, não sendo encaixado de maneira precisa em algum espectro político. Apesar de sua posição contraditória, em alguns momentos de sua obra o debate ideológico é amplamente percebido. A terceira sessão de *A alma encantadora das ruas* foi intitulada “Três aspectos da miséria”, na qual o autor acaba exercendo o papel de interlocutor de injustiças ocorridas nos bastidores da Belle Époque carioca, como a má condição dos operários, o deslocamento das populações pobres para os morros e a conseqüente formação das favelas; ainda que em sua fase inicial, já nota-se a presença de uma faceta de desigualdades marcantes na organização do espaço urbano, decorrente do descaso estatal para com essa parcela da população. Sobre sua faceta de interlocutor da desigualdade, Candido (1978, p. 197) refere-se a João do Rio:

(...) no escritor superficial e brilhante ocorriam diversos filões, alguns curiosos, alguns desagradáveis e outros que revelam um inesperado observador da miséria, podendo, a seus momentos, denunciar a sociedade com um senso de justiça e uma coragem lúcida que não encontramos nos que se diziam adeptos ou simpatizantes do socialismo e do anarquismo.

O autor se caracterizaria, portanto, como um “radical de ocasião”, um escritor aparentemente descompromissado com as causas sociais de seu tempo, mas que contribuiu, à sua maneira, com pautas dos movimentos políticos de



caráter socialistas e anarquistas, surgidos nas primeiras décadas do século XX em terras brasileiras. Deixando um legado e contribuição em alguns pontos mais pragmáticas que os próprios defensores compromissados com esses sistemas e ideologias políticas, pode-se caracterizá-lo como um defensor do direito à cidade, tanto em sua apologia à arte de flunar quanto em suas observações *in loco* em regiões socialmente “indesejadas” da cidade (Lefebvre, 2008).

É nesse ínterim onde está localizada a obra *A alma encantadora das ruas*, um conjunto de crônicas em que são descritas as transformações, a fisionomia arquitetônica e a população do Rio de Janeiro à época. João do Rio, mais do que mostrar a “alma” das ruas, descreve a transição e a consolidação de uma “nova alma” para a rua, criada e implantada pelo regime republicano. Suas crônicas, além dos recursos propriamente artísticos, apresentam certas tendências científicas, flertes com as teorias sociais contemporâneas ao período.

Se desde o Naturalismo a literatura brasileira incorpora de maneira clara alguns princípios científicos de sua época, as produções posteriores a esse período também incorporam essa tendência. Em João do Rio é possível perceber influências de concepções científicas sobre a vida social em alguns trechos de sua obra, embora não seja possível afirmar se essas influências são diretas ou indiretas. Como podemos observar no seguinte trecho:

Nas grandes cidades a rua passa a criar o seu tipo, a plasmar o moral dos seus habitantes, a inocular-lhes misteriosamente gostos, costumes, hábitos, modos, opiniões políticas. Vós todos deveis ter ouvido ou dito aquelas frase: – Como estas meninas cheiram a Cidade Nova (Rio, 1995, p.12)

É a rua, portanto, o local onde se desenvolvem certas potencialidades individuais. Através delas, o contato com ela que expõe aos cidadãos o verdadeiro caráter da sociedade em que vivem. Daí a máxima: “As ruas têm alma”, pois elas são fundamentalmente a exteriorização daquela própria sociedade, sendo ela mesma uma abstração. Na rua, o indivíduo contempla a sociedade e a própria sociedade o contempla, marcando uma mútua relação entre indivíduo e sociedade. A rua, enfim, possibilita uma nova forma de vida em que emerge “tipos” individuais com características psicológicas peculiares.

Se, por um lado, como afirma Luiz Mott (1997), a vida no período colonial foi marcada pela forte presença do âmbito privado em detrimento do público, até mesmo por conta dos aspectos físicos das cidades, por outro, o período republicano e a modernidade possibilitaram a expansão da vida pública, experiências que apenas as ruas reformadas e os grandes edifícios podem abranger: exposições de pertences, com roupas e automóveis, além das visitas aos teatros e às festas promovidas pelo Estado, características essencialmente vinculadas à burguesia republicana. Não queremos dizer, com isso, que o âmbito público sobrepõe-se ao privado. Pelo contrário, novas relações em espaços públicos possibilitam outras relações privadas, mas diferentes daquelas referentes ao período colonial.

A rua, para utilizarmos a categoria de João do Rio, passa a ser objeto de observação sistemática, seja de cientistas, de artistas ou jornalistas (Veneu, 1990, p.231). Sendo objeto, apresenta peculiaridades em todos os âmbitos, de maneira que estes se entrelaçam e explicitam o caráter, mesmo que parcial, da sociedade em questão. É este caráter, portanto, o interesse de captação que compõe a trama sociológica desse objeto de observação que está diretamente relacionada ao surgimento da Antropologia Urbana enquanto disciplina passível de contribuições ao fenômeno da urbanização e sua relação com a modernidade, posicionando a importância desse tema para os cientistas sociais e para os artistas, como é o exemplo de João do Rio.

### **O fenômeno urbano como objeto da Antropologia**

Os estudos urbanos foram marcados pela clássica obra *A metrópole e a vida mental* (1903), de Georg Simmel, em o autor articula diversas dimensões da vida urbana e sua relação com as condições psicológicas criadas pelas grandes metrópoles. Nesse sentido, a proposta de Simmel (1973) é, de certa maneira, colocar o indivíduo no centro do debate urbano, pensando nos efeitos que a urbanidade pode causar na vida social e ao mesmo tempo ser construída por esses processos relacionais entre indivíduo/sociedade e o urbano. Acompanhando de perto o crescimento de Berlim, Simmel diferencia o que seria propriamente urbano a partir da velocidade e heterogeneidade dos estímulos presentes nas metrópoles, além de uma prevalência de aspectos racionais e calculistas, em detrimento dos aspectos emocionais presentes no rural. Nas cidades, o maior conflito seria entre a interioridade e externalidade, entre o ser e parecer, tencionando a relação indivíduo-sociedade. Ainda nesse sentido, a obra de Simmel se utiliza de diversas categorias polarizadas – tais como razão e sentimento, rápido e lento – para diferenciar a vida nas grandes metrópoles das pequenas cidades e do espaço rural.

Para Simmel (1973), a predominância de uma economia monetária, a busca por organização racional do tempo e do espaço e a heterogeneidade de interesses foram fundamentais para o surgimento de um fenômeno psíquico, que ele denominou *atitude blasé*. Segundo Antunes (2014), esse é um ponto crítico da teoria *simmeliana* que definiria o indivíduo urbano como sujeito indiferente a diversos estímulos metropolitanos; essa atitude “consistiria em uma atenuação do poder de discriminar, de modo que os valores e as coisas seriam experimentados como desprovidos de substância” (Antunes, 2014, p. 4). Além da *atitude blasé*, Simmel também articula uma segunda atitude mental: a *atitude de reserva*, que pode ser relacionada a um sentimento de autopreservação, de aversão ou repulsa ao contato com outros indivíduos desconhecidos que habitam a cidade. A combinação dessas duas atitudes citadas anteriormente são elementos fundamentais para a liberdade do indivíduo metropolitano. Essa liberdade pode ser mutuamente vivenciada com um sentimento de solidão intensa, decorrente de uma indiferença que envolve “os indivíduos em uma multidão que é anônima” (Antunes, 2014, p. 5).

O que Simmel propõe é pensar a cidade metropolitana que é, sem exceções, dotada de uma organização específica, capaz de reorganizar materialmente e psicologicamente a vida dos indivíduos que nela habita; e que possibilita o surgimento de processos exclusivamente urbanos. É nesse sentido que *O urbanismo como modo de vida*, escrito em 1938 por Louis Wirth, surge como obra fundamental para entender determinados fenômenos urbanos.

Em Wirth (1973) a questão urbana em contraposição ao rural é mais bem organizada do que em Simmel, que se preocupa mais – como já mencionado – com o indivíduo na cidade. Wirth articula sua teoria para definir sociologicamente o que seria essa cidade, objetivamente podemos apontar que esse estilo de vida urbana não estaria relacionado a questões quantitativas – como extensão territorial e densidade populacional – mas a processos relacionais qualitativos, que definiriam esse modo de vida. Um dos pontos fortes da teoria de Wirth é a percepção da interdependência dos indivíduos na cidade a partir de uma maior divisão do trabalho e especialização das ocupações produtivas. Além disso, a cidade promoveria padrões estabilizadores, partindo de sua economia e organização do tempo/espaço (Antunes, 2014).

A proximidade entre os autores pode ser evidenciada, segundo Antunes (2014, p. 11), a partir da contraposição entre o urbano e rural, principalmente argumentando sobre o “enfraquecimento dos laços de parentesco” e “segmentação das relações humanas”. Além disso, ambos autores encaram “a impessoalidade, a indiferença e a atitude *blasé* como mecanismos de defesa, fruto das exigências da vida nas grandes cidades”, e que “o anonimato, o superficialismo e o caráter transitório das relações urbano-sociais estariam intrinsecamente ligados à racionalidade” dos indivíduos que habitam a cidade. Para além dessas recorrências teóricas, ambos autores foram “inspirados”, segundo Antunes (2014), por suas cidades: Berlim, em Simmel e Chicago, em Wirth. No segundo caso, inclusive, a Escola de Chicago foi fundamental para os estudos urbanos, contando com diversos autores pesquisando os novos fenômenos da urbanidade.

Ainda que João do Rio não tenha efetivamente pesquisado a cidade do Rio de Janeiro, ou se utilizado de categorias sociológicas para analisá-las, também podemos encarar *A alma encantadora das ruas* como uma obra inspirada pela cidade e com diversas passagens etnográficas que dão significado à cidade. Abaixo, procuramos desenvolver aproximações entre os autores discutidos, particularmente aplicados nas possibilidades antropológicas da obra de João do Rio.

Um dos principais avanços da obra de João do Rio é perceber a *rua* enquanto o lugar onde a cidade acontece, enquanto um lugar que vai além de sua forma física, nas palavras do autor: “Ora, a rua é mais que isso, a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma!” (Rio, 1995, p. 4). Nesse sentido, sendo a história da cidade, contada pelas ruas, João do Rio é capaz de articular um elemento que, de certa forma, é negligenciado nos textos mencionados anteriormente. Ainda que a escolha da rua como cenário tenha seu papel literário/poético, ao mesmo tempo ela faz sentido do ponto de vista antropológico/etnográfico. As ruas em João do Rio são personagens, são sujeitos da história, podem ser ativas ou passivas, ativas porque elas, “pensam, têm ideias, filosofia e religião” (Rio, 1995, p. 10), passivas



quando servem de cenário para os processos urbanos. É ela (e o que acontece nela) o melhor exemplo do que seria propriamente urbano. Nomeando um dos capítulos do livro, o que é urbano é *o que se vê nas ruas*.

Neste capítulo em especial, João do Rio apresenta as diversas “pequenas profissões” exóticas, muitas vezes ignoradas, “produto da miséria ligada às fábricas importantes, aos adelos, ao baixo comércio” (Rio, 1995, p. 24), que existem nas ruas. Esses profissionais seriam os trapeiros, os apanha-rótulos, os selistas, os caçadores e as leitoras de *buena dicha* (sorte, destino). Além desses profissionais, o Rio de Janeiro contava com os tatuadores, os vendedores de orações, os urubus, os mercadores de livros, os pintores, os músicos ambulantes, fumadores de ópio, velhos cocheiros e outros fenômenos como as tabuletas, os presepes, a missa do galo e os cordões. Todos esses indivíduos e acontecimentos, em *A alma encantadora das ruas*, têm suas histórias e características contadas. Através da rua, esses tipos urbanos constituem a cidade moderna por excelência, sendo essas histórias frutos da modernidade. A obra de João do Rio, apesar de literária, aproxima-se de um rico material etnográfico e ainda nos ensina a olhar para a rua e encontrar elementos que apenas um *flanêur* é capaz de perceber, elementos muitas vezes ignorados pelos habitantes da cidade.

### **As figuras do *blasé* e do *flanêur*: uma relação de espaço e tempo<sup>2</sup>**

Com o processo de urbanização, modifica-se a lógica de organização da vida social em seus diversos âmbitos. Essa modificação implica, em alguma medida, em uma influência na psicologia dos indivíduos e da sociedade. Para utilizar a expressão de Simmel (1973), implica em uma modificação nos nervos. Essa virada ‘sociopsicológica’ dá origem a novos personagens, surgidos e gestados no processo de urbanização e na construção de centros urbanos. Dois desses personagens configuram-se como figuras arquetípicas, quais sejam: o *blasé* e o *flanêur*. Esses personagens são trabalhados respectivamente por Simmel (1973) e Benjamin (1991), sendo que a figura do *flanêur* é descrita por João do Rio. O texto procura descrever tais figuras e traçar linhas de aproximação entre ambas, enfatizando como o fenômeno urbano marca sua origem e sua peculiaridade.

Segundo Simmel (1973, p. 14), as características que conformam a figura do *blasé* são

Os mesmos fatores que assim redundaram na exatidão e precisão minuciosa da forma de vida redundaram também em uma estrutura da mais alta impessoalidade; por outro lado, promoveram uma subjetividade altamente pessoal. Não há talvez fenômeno psíquico que tenha sido tão incondicionalmente reservado à metrópole quanto a atitude *blasé*. A atitude *blasé* resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos. Disto também parece originalmente jorrar a intensificação da intelectualidade metropolitana.

Essa caracterização posiciona a figura do *blasé* como contraditória, pois é marcada por uma impessoalidade e, ao mesmo tempo, por uma personalidade subjetivamente constituída. Assim como a própria constituição contraditória das metrópoles, fenômeno que possui origem na modernidade industrial, o *blasé* é uma figura intrinsecamente metropolitana e, conseqüentemente, moderna. Sua caracterização essencial não é necessariamente social, embora resulte de condições (estímulos) ambientais (sociais). Para Simmel (1973), contudo, sua essência está em sua postura e em sua atitude psicológica (nos nervos). O *blasé*, nesse sentido, está sob influência de elementos espaciais (*metrópole*), temporais (*rápidas mudanças*), psíquicos (*indiferença*) e sociais (*intelectualidade*), os quais constituem sua personalidade enquanto indivíduo moderno e residente dos grandes centros urbanos. Essa conjunção de elementos na conformação de um tipo de personalidade demonstra a complexidade derivada das novas relações estabelecidas no meio urbano. Ainda que seja possível tecer críticas à caracterização de Simmel (1973), não se pode ignorar a importância de sua análise no que se refere às conjunções entre elementos sociais e psicológicos, os quais estão sob condição contínua do contexto histórico, ou seja, do espaço e do tempo em que se inserem determinados grupos ou indivíduos específicos:

Uma vida em perseguição desregrada ao prazer torna uma pessoa blasé porque agita os nervos até seu ponto de mais forte reatividade por um tempo tão longo que eles finalmente cessam completamente de reagir. Da mesma forma, através da rapidez e contraditoriedade de suas mudanças, impressões menos ofensivas forçam reações tão violentas, estirando os nervos tão brutalmente em uma e outra direção, que suas últimas reservas são gastas; e, se a pessoa permanece no mesmo meio, eles não dispõem de tempo para recuperar a força. Surge assim a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada (ibidem, 1973, p. 15).

O elemento temporal, mencionado acima e trazido no trecho anterior, qualifica a atitude *blasé* entre a complexa dinâmica da vida urbana e a necessidade estática da fisiologia de se adaptar a tal meio. O ambiente é tão radical, em termos experimentais, que torna o indivíduo indiferente às experiências da vida cotidiana. Sua capacidade de reação oscila entre a completa indiferença e a pura violência, concentrando todo o impulso absorvido pelas experiências “indiferentes” em um único objeto de descarrego. Simmel (1973) situa essa indiferença em sua relação com economia monetária, com a impessoalidade do dinheiro, elemento que irá desenvolver em seu texto para sustentar o argumento das metrópoles enquanto *locus* de contradição entre o pessoal e o impessoal, entre a frieza e a empatia. O *blasé*, dentre toda essa caracterização, também é influenciado por um elemento essencial em nossa análise: a percepção. Sua visão sobre as coisas, assim como suas ações, também são modificadas com a lógica socioespacial em que está inserido. Para Simmel (1973, p. 15), “a essência da atitude blasé consiste no

embotamento do poder de discriminar. (...) Elas aparecem à pessoa blasé num tom uniformemente plano e fosco; objeto algum merece preferência sobre outro”.

A dimensão da percepção é fundamental para pensarmos a relação entre as figuras do *blasé* e do *flanêur*, particularmente em suas maneiras de enxergar a vida na metrópole. Em sua obra, O'Donnell (2008, p. 139-140) procura traçar relações entre a obra de Simmel e a de João do Rio, traçando uma relação entre a noção de vida vertiginosa, descrita em muitas das crônicas de João do Rio, e a origem da atitude *blasé*, descrita acima. Essa relação nos permite chegar à segunda figura arquetípica mencionada: o *flanêur*. A vida vertiginosa de João do Rio é descrita em *A Alma encantadora das ruas*. Ali, emerge um personagem em ação, aquele que é perito na arte de flunar: personagem da metrópole.

A figura do *flanêur* foi trabalhada de maneira célebre e engenhosa por Walter Benjamin (1991) em seu ensaio sobre Baudelaire e a Paris do fim do século XIX. Assim como a metrópole possibilita o surgimento do *blasé*, também possibilita o surgimento do *flanêur*. Desse modo, ambos os personagens-arquétipos surgem a partir da modernidade e do fenômeno urbano e marcam novas maneiras de relação, sociabilidade e percepção em relação ao espaço da cidade. Em Benjamin (1991), a figura do *flanêur* está particularmente relacionada aos artistas, os quais passam a se relacionar com a cidade de maneira distinta com o surgimento e com o desenvolvimento das grandes metrópoles industriais. Na definição de Baudelaire (1997, p. 14), o *flanêur* caracteriza-se por ser o

observador, *flâneur*, filósofo, chamem-no como quiserem, mas, para caracterizar esse artista, certamente seremos levados a agraciá-lo com um epíteto que não poderíamos aplicar ao pintor das coisas eternas, ou pelo menos mais duradouras, coisas heróicas ou religiosas. Às vezes ele é um poeta; mais frequentemente aproxima-se do romancista ou do moralista; é o pintor do circunstancial e de tudo o que este sugere de eterno.

Novamente, ambas as figuras são marcadas por uma mesma dimensão espacial: a metrópole; e são influenciadas por uma distinta relação com o tempo, com o elemento temporal da modernidade: enquanto o *blasé* é marcado por uma relação de rapidez peremptória, a figura do *flanêur* é caracterizada pela rapidez na busca do “eterno”, nos termos de Baudelaire. Nesse sentido, a relação de espaço-tempo, situada em um espaço urbano decorrente da modernidade, se modifica e é modificada na maneira pela qual indivíduos ou grupos constituem sua personalidade e sua relação com a cidade, com o tempo e com objetos. Como argumenta D'Angelo (2006), a partir da eclosão da modernidade o conceito de tempo passa por drásticas mudanças, marcando uma peculiaridade fundamental das sociedades ocidentais. Se em um período “pré-moderno” o tempo estava conectado às mudanças observadas na natureza, não sendo necessário medi-lo com exatidão, com a modernidade esse panorama é modificado: a natureza deixa de ser referência primária para a dimensão temporal, que passa a ser medida e calculada com exatidão matemática, aproximando-se de uma perspectiva

financeira e utilitária. Passa-se do tempo-duração para o tempo-mercadoria, em suas palavras. “Nesse contexto, a disposição permanente do *flâneur* de ‘matar o tempo’ representa um confronto direto com a lógica do sistema capitalista. Por sua marginalidade, o *flâneur* se aproxima do *lumpen* (...) por sua indefinição econômica e política” (ibidem, p. 244).

O *flanêur*, sob essa ótica, aproxima-se de um conspirador, de um rebelde. Sua figura emerge como resistência à modernidade e à sua lógica de relação com o tempo. Se para o *blasé* o resultado é a indiferença e a estática em relação à cidade e aos objetos, para o *flanêuressa* relação se desloca para a fuga, a ociosidade, a vagabundagem, vagar pela cidade, construir observações, poemas, cidades. Benjamin (1991, p. 120) comenta a construção da obra poética de Baudelaire e sua relação com a cidade na figura de *flanêur*:

A sua construção dos versos é comparável ao plano de uma grande cidade, na qual se pode movimentar-se sem ser percebido, encoberto por blocos de casas, portões ou pátios. Neste mapa as palavras têm, como conspiradores antes de estourar uma rebelião, os seus lugares indicados com toda precisão. Baudelaire conspira com a própria linguagem. Passo a passo calcula os seus efeitos.

Em João do Rio (1995, p. 5), assim como em Baudelaire, há uma apologia explícita à arte de flunar, à figura do *flanêur*, ao ato de vagar abertamente sobre os espaços da metrópole. “É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos *flâneur* e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flunar”. Sua definição poética para o ato de flunar e para a figura do *flanêur* nos situa no debate:

Flanar! Aí está um verbo universal sem entrada nos dicionários, que não pertence a nenhuma língua! Que significa flunar? Flunar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. Flunar é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da população, admirar o menino da gaitinha ali à esquina, seguir com os garotos o lutador do Cassino vestido de turco, gozar nas praças os ajuntamentos defronte das lanternas mágicas, conversar com os cantores de modinha das alfurjas da Saúde, depois de ter ouvido dilettanti de casaca aplaudirem o maior tenor do Lírico numa ópera velha e má; é ver os bonecos pintados a giz nos muros das casas, após ter acompanhado um pintor afamado até a sua grande tela paga pelo Estado; é estar sem fazer nada e achar absolutamente necessário ir até um sítio lóbrego, para deixar de lá ir, levado pela primeira impressão, por um dito que faz sorrir, um perfil que interessa, um par jovem cujo riso de amor causa inveja (Rio, 1995, p. 5).

Novamente os elementos de espaço e tempo são introduzidos no que se refere às ações e às observações do *flanêur*. Sua figura e sua atuação dependem da cidade como espaço de observação e da vagabundagem, seu tempo de ociosidade. Sua marcação de tempo nos espaços burgueses e marginais, públicos e privados. O *flanêur* representa a chave do artístico e do eterno na modernidade. Inútil? “É vagabundagem? Talvez. Flanar é a distinção de perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico. Daí o desocupado *flâneur* ter sempre na mente dez mil coisas necessárias, imprescindíveis, que podem ficar eternamente adiadas” (Rio, 1995, p. 6). É aqui que reside o caráter do *flanêur*. Se o *blasé* é resultado direto da economia monetária e do dinheiro enquanto símbolo, o *flanêur* é expressamente o resultado de resistência a tal símbolo. É um artista vagabundo perambulando por espaços em distintos períodos do dia e da noite, fugindo à produtividade e à lógica econômica do capitalismo.

Parece inconteste, contudo, que tanto o *blasé*, quanto o *flanêur* são fenômenos eminentemente modernos. Sua existência só se torna possível com a modernidade e com o desenvolvimento do fenômeno urbano, tendo em vista que marca novas relações (de espaço e de tempo) com as cidades, em particular com os grandes centros urbanos. Se o *blasé* é radicalmente subjetivado para não reagir às experiências e à percepção do espaço, trabalhando com indiferença à rapidez e ao imediato, o *flanêur* é a figura marginalizada economicamente, pois vaga nas cidades procurando captar e registrar aquilo que é eterno no que é fugaz, em espaços variados, tanto de dia quanto de noite. Ou seja, o *blasé* representa a mudança líquida; o *flanêur*, a mudança artística.

David Harvey (2008) chama atenção para os elementos do efêmero e do eterno, que caracterizam, ao mesmo tempo, o fenômeno da modernidade. “Se a vida moderna está de fato tão permeada pelo sentido do fugidio, do fragmentário e do contingente, há algumas profundas conseqüências. (...) Como interpretar isso, como descobrir os elementos ‘eternos e imutáveis’ em meio a essas disrupções radicais, é o problema” (Harvey, 2008, p. 22). Em nosso sentido de argumentação, seria possível posicionar as figuras arquetípicas estudadas em dois pólos de um mesmo fenômeno: o *blasé* representaria o elemento efêmero da modernidade, enquanto o *flâneur* seria a possibilidade (e a esperança?) de descobrir elementos eternos.

Entre a fama e o esquecimento, a personagem histórica de João do Rio é marcada por observações de um sujeito que executa a arte de flanar como um burguês vagabundo. Como alguém que vê a cidade em sua ótica quase-etnográfica: um verídico e privilegiado registro de sua época. Que João do Rio não seja omitido da história literária a partir da mesma lógica com que as classes socialmente subalternas foram arbitrariamente excluídas dos “privilégios” da modernidade tupiniquim. Alguns fatos omitidos de sua biografia colaboram para a falta de atenção em relação à sua obra, como sua homossexualidade. Contudo, na contradição e no paradoxo da modernidade, João do Rio está no canto do eterno.



## Notas

1 Além dessa impressionante estatística, é importante ressaltar a diversidade de classes presentes neste enterro. Desde camadas pobres, residente nos morros, à elite intelectual da Academia Brasileira de Letras, na qual João do Rio foi aceito em 1910 (O'Donnell, 2008).

2 Essa seção caracteriza-se pelo tom ensaístico e leva às últimas consequências o argumento de O'Donnell (2008) sobre o caráter etnográfico em João do Rio, na medida em que compara simetricamente uma figura ideal-típica, forjada por um sociólogo clássico, e uma personagem da modernidade, descrita por um ficcionista.

---

## Referências

---

ANTUNES, Henrique. O modo de vida urbano: pensando as metrópoles a partir das obras de Georg Simmel e Louis Wirth. *Ponto Urbe*. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 15, 2014.

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BENJAMIN, Walter. A Paris do Segundo Império em Baudelaire: II. O flâneur. In: KOTHE, Flávio (org); FERNANDES, Florestan (coord.). *Walter Benjamin: Sociologia*. São Paulo: Ed. Ática, 1991. pp. 65-92.

CANDIDO, Antonio. Radicais de ocasião. *Discurso*, nº 9, 1978. pp. 193-201. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37853/40580>> Acesso em 14 de junho, 2015.

D'ANGELO, Martha. A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin. *Estud. av.*, São Paulo, v. 20, n. 56, pp. 237-250, 2006.

HARVEY, David. Modernidade e modernismo. In: *Condição Pós-Moderna*. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2008. pp. 22-44.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro. 2008.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.) e SOUZA, Laura de Mello e (org.) *A História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo, Companhia das letras, 1997. pp. 155-220.

O'DONNELL, Julia. *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

RIO, João do. *Vida Vertiginosa*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental [1903]. In: VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VENEU, Marcos Guedes. O *flâneur* e a vertigem. Metrópole e subjetividade na obra de João do Rio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990. pp. 229-243.

WIRTH. Louis. O urbanismo como modo de vida [1938]. In: VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

---

### Para citar este artigo

---

FARIA, Luis Gustavo de Paiva; SOARES, Arthur de Ávila. A metrópole como palco para a modernidade: reflexões sobre A alma encantadora das ruas, de João do Rio. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 8, n. 3, p. 38-52, set.-dez. 2019.

---

### O autor

---

**Luis Gustavo de Paiva Faria** é graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente estuda a obra e a trajetória do poeta Torquato Neto. Tem interesse pelas áreas de sociologia da cultura, da arte e da literatura, bem como teoria e crítica literária.

**Arthur de Ávila Soares** é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente desenvolve pesquisa sobre sociologia da ciência e sobre a área de ciência, tecnologia e sociedade (CTS).